



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,59% São Paulo	135.298 16/7 17/7 18/7 21/7	R\$ 5,565 (- 0,4%)	15/julho 5,558 16/julho 5,561 17/julho 5,547 18/julho 5,587	R\$ 1.518	R\$ 6,507	14,90%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24

OFENSIVA TARIFÁRIA

Lula: guerra começa quando eu reagir

No Chile, presidente sinaliza abertura ao diálogo e recomenda a empresários brasileiros interlocução com norte-americanos

» RAFAELA GONÇALVES
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Após participar de uma reunião de cúpula no Chile, em defesa da democracia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que o Brasil não está em guerra tarifária com os Estados Unidos. Segundo o chefe do governo brasileiro, essa situação ocorrerá se o país aplicar medidas de reciprocidade, por exemplo, caso o presidente norte-americano, Donald Trump, “não mudar de opinião”.

“Nós não estamos em uma guerra tarifária. Guerra tarifária vai começar quando eu der uma resposta ao Trump, se ele não mudar de opinião. As condições que o Trump impôs não foram condições adequadas”, afirmou Lula, que voltou a rechaçar a alegação do líder americano sobre déficits na relação comercial com o Brasil.

Lula disse estar “tranquilo” em relação à crise e elogiou o trabalho do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e do ministro Mauro Vieira, das Relações Exteriores.

O presidente disse, ainda, que os empresários brasileiros precisam conversar com os americanos, pois os setores produtivos dos dois países são prejudicados.

Em Brasília, Alckmin se reuniu com representantes de big techs para discutir saídas ao tarifaço do governo de Donald Trump. Participaram do encontro representantes de empresas como Meta, Apple, Google e Visa. Também estiveram presentes secretários do Mdic, da vice-presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

De acordo com Alckmin, a reunião com as big techs foi convocada após os Estados Unidos citarem redes sociais no anúncio das

Tom Williams/AFP



Scott Bessent, secretário do Tesouro dos Estados Unidos: prioridade é qualidade dos acordos comerciais, e não a data de entrada em vigor

investigações contra o Brasil, pelos Estados Unidos, no âmbito da Seção 301. Para os EUA, instituições brasileiras agiram contra o funcionamento de big techs.

Questionado sobre se o Pix foi abordado na reunião com big techs, Alckmin negou. “O Pix é sucesso absoluto. Elas (as big techs) falaram que defendem Pix para todos”, relatou o vice-presidente. Quanto à possibilidade — considerada por Lula na semana passada — de o governo brasileiro taxar big techs, Alckmin negou que a reunião tratou de tributação. “Não tocaram nesse assunto de taxa-ção”, pontuou.

Qualidade de acordo

Enquanto os governantes brasileiros mencionam disposição para dialogar, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmou que o país não tem pressa para concluir os acordos antes de agosto — quando as tarifas sobre importações brasileiras entram em vigor. Segundo ele, as negociações comerciais estão avançando, mas a prioridade do governo é garantir a qualidade dos acordos, e não apenas cumpri-los dentro de um prazo.

“Não vamos nos apressar para fechar acordos”, disse em entrevista

à CNBC. Questionado sobre a possibilidade de adiar a entrada em vigor em casos de negociações avançadas, o secretário afirmou que essa decisão caberá ao presidente Donald Trump. “Veremos o que o presidente quer fazer. Mas, novamente, se de alguma forma voltarmos à tarifa de 1º de agosto, acredito que um nível tarifário mais alto pressionará ainda mais esses países a chegarem a acordos melhores”, apontou.

Bessent não mencionou diretamente o caso do Brasil, que enfrenta a maior alíquota entre os países afetados, de 50%. Ele observou que a União Europeia avançou de

forma lenta nas negociações, mas avaliou que o bloco está agora mais engajado no processo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que manterá o diálogo com os Estados Unidos e não pretende abandonar as negociações. Ele admitiu a possibilidade de a tarifa entrar em vigor, caso não obtenha resposta das autoridades norte-americanas, mas enfatizou que “o Brasil não vai sair da mesa de negociação”. “Vamos continuar lutando para ter a melhor relação possível com o maior mercado consumidor do mundo, vamos lutar por isso”, disse em entrevista à Rádio CBN.



Nós não estamos em uma guerra tarifária. Guerra tarifária vai começar quando eu der uma resposta ao Trump, se ele não mudar de opinião. As condições que o Trump impôs não foram condições adequadas

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Plano de contingência

O ministro afirmou que a equipe econômica já conta com um “plano de contingência” para mitigar os impactos sobre os setores afetados. Segundo ele, a longo prazo, mais da metade das exportações atualmente destinadas aos Estados Unidos pode ser redirecionada a outros mercados. “Em uma situação como essa, a Fazenda se prepara para todos cenários”, declarou.

Haddad também criticou a investigação aberta para apurar um suposto impacto do Pix na economia norte-americana. Ele se disse surpreso com a ação e afirmou que o meio de pagamento brasileiro não tem nenhuma relação com o comércio internacional, o que dificulta a compreensão sobre a investigação. “Como que o Pix pode representar uma ameaça a um império?”, indagou.



RAUL VELLOSO

EM VEZ DE JOGAR O FOCO SOBRE O IOF, CABE FAZER UM EXAME CUIDADOSO DO QUE VEM ACONTECENDO COM O CRESCIMENTO REAL DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA, ESSA, SIM, A VARIÁVEL-CHAVE. NA PARCELA DE ORIGEM PÚBLICA, VEM CAINDO DESDE 2009; E, NA DE ORIGEM PRIVADA, AINDA MAIS FORTEMENTE

Arrumar a previdência para crescer mais

Mesmo que aceitássemos que a questão fiscal de alguma forma seria o problema central a ser encarado pelas autoridades econômicas no momento atual, faltou, contudo, acordo entre o governo e o Congresso brasileiro sobre o melhor diagnóstico para lidar com a falta de equacionamento do velho problema de desequilíbrio fiscal da União, e, portanto, para a melhor solução.

Ao final, acabou-se evoluindo para a assinatura de um decreto que permitiria o aumento da arrecadação do imposto sobre operações financeiras, o velho IOF, que passaria a ser a peça-chave na busca, pelas autoridades da área, desse objetivo. Diante disso, acabou ficando com o ministro Alexandre de Moraes a missão de enviar ao plenário do STF, para aprovação, a mesma proposta de aumento do

IOF que já vinha circulando, ainda que retirasse, do texto original, a parte relativa à cobrança sobre o “risco sacado”. (Esse foi o tema básico de minha entrevista a um canal de TV, no dia 18 último, onde foi inclusive lembrada a alegação de vários de que, se o que falta é dinheiro, quando se cogita de um tributo voltado basicamente para arrecadar, o IOF, por se tratar de um imposto regulatório, não deveria ser cogitado como a melhor solução).

Penso, contudo, que o “x” da questão a guiar esse debate, ou o problema básico que deveríamos atacar agora, deveria se referir à ocorrência de taxas de crescimento econômico (e, portanto, do emprego) cada vez mais baixas em nosso país (veja o gráfico publicado na coluna de 24/06), problema esse que precisa ser bem diagnosticado

e combatido com toda a força de que o governo dispõe. Aqui, cabe, a meu ver, em vez de jogar o foco apenas sobre o IOF, fazer um exame cuidadoso do que vem acontecendo com o crescimento real do investimento em infraestrutura, essa, sim, a variável-chave que, no caso da parcela de origem pública, vem caindo desde 2009, e, no caso da de origem privada, vem caindo seguida e ainda mais fortemente.

Voltando às taxas de crescimento real do ramo público dessa variável, algo sobre o que só as autoridades públicas podem atuar, estas se tornaram negativas a partir de 2019, e, diante da maior dificuldade de lidar com a desabada das taxas de crescimento real do investimento de origem privada, se transformaram, esse sim, no problema-chave sobre o qual as autoridades deveriam se concentrar, para ser

por elas enfrentado e chegarmos onde queremos, vale dizer, para fazer a economia e o emprego crescerem a taxas adequadas, esse, sim, o principal objetivo a perseguir.

Já a segunda questão que é preciso identificar nesse mesmo contexto se refere à causa da desabada do crescimento real dos investimentos públicos em infraestrutura a que acabo de me referir. E a resposta a essa questão reside no comportamento dos gastos previdenciários que, de tão elevados, vêm progressivamente esgotando todo o espaço orçamentário que poderia ser ocupado por tais investimentos nas várias esferas de governo. Assim, se se trata de um problema previdenciário, devemos direcionar para ele os instrumentos de ajuste mais adequados que existirem no país.

A propósito, conforme pude

	Tx.Med. Cresc. %	Período
Municípios	12,5	2011-18
Estados	5,9	2006-18
RGPS	5,1	2006-20
Infraestrutura	-1,5	2006-22

verificar, as taxas de crescimento médias reais dos gastos previdenciários, em fases relativamente longas e mais recentes que foi possível identificar, para os conhecidos subgrupos de entes públicos, foram as seguintes: taxas médias de crescimento real dos gastos previdenciários por vários subperíodos, em %.

No caso, destaca-se a taxa

média real de crescimento dos gastos previdenciários que se verificou para o conjunto dos municípios, de 12,5% a.a. em 2011-18.

Diante de tão elevadas taxas de crescimento desses gastos, apurou-se, simultaneamente, que a taxa média relativa aos investimentos públicos em geral, para o conjunto dos entes, se situou, em 2006-22, em -1,5% a.a.